

A saúde e as verbas

O ministro da Saúde, Adib Jatene, tomou posse armado de uma certeza e de um objetivo. S. Exa. não escondeu de ninguém sua convicção de que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem consciência da necessidade de fornecer recursos financeiros ao setor; depois não fez segredo da sua pretensão básica: a má utilização dos recursos da Saúde será "severamente punida". Talvez, exatamente porque pretenda conciliar vontade com certeza, S. Exa. tenha anunciado que o governo vai suspender o pagamento das internações hospitalares assim que forem detectadas irregularidades. Ou seja, a meta do ministro é a ideal: a melhora das condições de atendimento. Para isso é preciso conferir se "pagando em dia os hospitais" e controlando as *Autorizações de Internação Hospitalar*, as AIHs, se obterá o que chamou de "efeito positivo". É possível ter tanta esperança?

Na última semana de 1994, um manifesto do Sindicato dos Hospitais e Santas Casas do Estado de São Paulo (Sindhosp) alertou para o fato de que o setor de Saúde entrará em colapso porque não é possível mais conviver com os débitos acumulados pelo governo com a rede conveniada ao Sistema Único de Saúde. Faturas de internação referentes a outubro, na última semana do ano, não tinham sido pagas e milhares de funcionários, sem receber ameaçavam greve. É nesse quadro que os donos dos hospitais falam em colapso. Seria exagero?

Quando da divulgação do manifesto, o presidente do Sindhosp, Dante Montagnana, fez questão de lembrar que a "grande culpa" pelo atraso de tal ordem no pagamento "foi do Congresso", sem deixar de dizer que, "se não for por via política, não sai o dinheiro". As duas frases formam um todo preocupante para a saúde dos brasileiros. Para se ter uma idéia do que está em jogo, basta saber que praticamente 70% das internações hospitalares do País ocorrem na rede conveniada.

A simples menção das palavras *saúde pública* implica instantânea lembrança da falta de

verbas. Essa, na verdade, é só uma parte do drama e talvez não seja a maior. Quando o governo Itamar Franco, frente a muitas denúncias de malversação de verbas públicas na área, criou Grupo de Trabalho Interministerial (integrado por representantes da área econômica e da Procuradoria-Geral da República) com o objetivo expresso de encontrar soluções que permitissem a melhora da qualidade do gasto e do atendimento à Saúde,

nenhum convite ou consulta foi feito ao ex-ministro Henrique Santillo. O fato basta para mostrar até que ponto tudo chegou. Esse grupo demonstrou que os gastos federais per capita com saúde caíram de US\$ 80,24 em 1989 para US\$ 44,19 em 1992. Se, em 92, o orçamento nacional da Saúde contava com US\$ 6,5 bilhões, em 93 tais recursos saltaram para 12,8 bilhões; como o drama da saúde permaneceu o mesmo apesar do salto de verbas, em 1994 o próprio ministério conformou-se com a dotação de US\$ 12,2 bilhões!

Para se entender o porquê do conformismo ministerial, basta saber que em novembro a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o Inamps descobriu desvios de recursos públicos na área da Saúde da ordem de US\$ 1,6 bilhão! Uma investigação interna no Ministério da Saúde confirmou o dado de que 28% das Autorizações de Internação Hospitalar são fraudadas. A própria Gerência de Convênios do Ministério há muito é um cargo político, naturalmente reconhecido como tal.

É este o quadro que o ministro Adib Jatene herdou. Se a ele sobrepujermos a existência da "bandeira dos donos dos hospitais" no Congresso Nacional — algo em torno de pelo menos 70 votos de proprietários de unidades hospitalares ou representantes diretos deles —, podemos ter uma idéia das dificuldades para manejar com critério as verbas públicas para a saúde. Talvez seja obrigatório reconhecer que verbas não são a solução, mas o verdadeiro problema do setor. Em especial, pelo uso que se faz delas. Terá o ministro Jatene força para alterar em profundidade tantas distorções instauradas há tanto tempo?

Tratar o drama da saúde pública como mera questão de verba será manter tudo como está